

NADEZHDA KRUPSKAYA NA IMPRENSA BRASILEIRA: educação, gênero e anticomunismo (1924-1940)

*Arthur Rodrigues de Lima
Fabiana Sena da Silva
Maria Eulina Pessoa de Carvalho*

Resumo

O artigo analisa as representações de Nadezhda Konstantinovna Krupskaya na imprensa brasileira, entre 1924 e 1940, buscando compreender como sua trajetória foi apropriada em meio às disputas políticas e ideológicas da Era Vargas e problematizar de que modo jornais brasileiros construíram discursos sobre essa pedagoga soviética, articulando questões de gênero, educação e anticomunismo. O estudo fundamenta-se na teoria das representações, de Roger Chartier; nas discussões sobre a invisibilidade histórica das mulheres, conduzidas por Michelle Perrot; e no paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg. As fontes desta investigação são recortes de jornais localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, totalizando 38 notícias publicadas em periódicos de diferentes estados brasileiros. Os resultados indicam que Krupskaya foi representada predominantemente como “viúva de Lenin”, tendo sua atuação intelectual e pedagógica frequentemente secundarizada em favor de narrativas políticas ligadas ao “perigo vermelho” e às tensões do stalinismo. Conclui-se que a imprensa brasileira atuou como produtora de discursos anticomunistas e de controle simbólico, contribuindo para a desqualificação da pedagogia socialista e para o apagamento das contribuições educacionais de Krupskaya.

Palavras-chave: imprensa; educação; era Vargas.

NADEZHDA KRUPSKAYA IN THE BRAZILIAN PRESS: education, gender and anticommunism (1924-1940)

Abstract

This article analyzes representations of Nadezhda Konstantinovna Krupskaya in the Brazilian press between 1924 and 1940, seeking to understand how her life story was appropriated amid the political and ideological disputes of the Vargas Era. Drawing theoretically on Roger Chartier, regarding representations, Michelle Perrot, the historical invisibility of women, and Carlo Ginzburg, the indexical paradigm, it examines how Brazilian newspapers constructed discourses about the Soviet educator, interweaving issues of gender, education, and anti-communism. The sources are newspaper clippings found in the National Library's Digital Newspaper Archive, totaling 38 news articles published in periodicals from different Brazilian states. The results indicate that Krupskaya was predominantly represented as “Lenin's widow,” with her intellectual and pedagogical work frequently downgraded in favor of political narratives linked to the “red menace” and the tensions of Stalinism. In conclusion, the Brazilian press acted as a producer of anti-communist discourses and symbolic control, contributing to the discrediting of socialist pedagogy and the erasure of Krupskaya's educational contributions.

Keywords: press; education; the Vargas era.

NADEZHDA KRUPSKAYA EN LA PRENSA BRASILEÑA: educación, género y anticomunismo (1924-1940)

Resumen

El artículo analiza las representaciones de Nadezhda Konstantinovna Krupskaya en la prensa brasileña entre 1924 y 1940, con el fin de comprender cómo su trayectoria fue apropiada en medio de las disputas políticas e ideológicas de la Era Vargas, y de problematizar cómo los periódicos brasileños construyeron discursos sobre la educadora soviética, articulando cuestiones de género, educación y anticomunismo. Se fundamenta teóricamente en Roger Chartier, sobre las representaciones; en Michelle Perrot, sobre la invisibilidad histórica de las mujeres; y en Carlo Ginzburg, a través del paradigma indiciario. Las fuentes son recortes de prensa localizados en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional, que suman un total de 38 noticias publicadas en periódicos de diferentes estados brasileños. Los resultados indican que Krupskaya fue representada predominantemente como la «viuda de Lenin», quedando su labor intelectual y pedagógica a menudo relegada a un segundo plano en favor de narrativas políticas vinculadas al «peligro rojo» y a las tensiones del estalinismo. Se concluye que la prensa brasileña actuó como productora de discurso anticomunista y control simbólico, contribuyendo al descrédito de la pedagogía socialista y al borrado de las contribuciones educativas de Krupskaya.

Palabras clave: prensa; educación; era Vargas.

INTRODUÇÃO

No Brasil, embora a educação seja atualmente um campo profissional majoritariamente feminino, ao longo da história da escolarização poucas mulheres se destacaram nos registros escritos, observando-se uma invisibilidade de gênero. Fontes que tratam do sujeito feminino comumente são livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais, o que dificulta compreendê-lo em diversos espaços e perspectivas. Conforme Perrot, a mulher é observada e descrita pela lente dos homens:

O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da *História!* (Perrot, 1988, p. 185, destaques da autora).

Em busca de superar o recalcamento do tema e o limite entre o público e o privado da atuação da mulher, damos visibilidade à russa Nadezhda Konstantinovna Krupskaya (1869–1939) nos jornais brasileiros publicados entre 1924 e 1940. Ao restituir esse passado, por meio do paradigma indiciário (Ginzburg, 1990), interessam-nos as notícias que tratam da pedagoga, considerando suas representações (Chartier, 2002) no âmbito educacional, na imprensa brasileira do período, ecoando sua atuação de destaque e seu legado.

Quem era ela? Esposa e depois viúva de Vladimir Ilich Ulianov, conhecido como Lenin¹ (1870-1924), Nadezhda Krupskaya atuou na militância pré-revolucionária e, posteriormente, no

¹ Optou-se por manter a grafia Lenin (sem acento) ao longo deste trabalho adotando o critério da transliteração direta e literal do alfabeto cirílico para o latino, preservando a grafia internacional do nome próprio, conforme o padrão seguido por diversas editoras de traduções de obras históricas no Brasil.

Comissariado do Povo para a Instrução (*Narkompros*), de 1917 até 1939. Teve papel fundamental não apenas na criação do sistema educacional soviético, com ênfase na coeducação, na educação científica e politécnica, mas também na criação de uma rede de bibliotecas estatais, visando democratizar a leitura. Liderou a campanha *Likbez* de erradicação do analfabetismo, nas décadas de 1920 e 1930, possibilitando à União Soviética, um país com população majoritariamente agrária e analfabeta, transformar-se em uma potência científica e tecnológica.

Assim, questionamos: Qual a relevância de Krupskaya no Brasil para estar presente em diversos jornais do Brasil, a exemplo de Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina? Como ocorreu a disseminação de suas ideias? O que a imprensa brasileira tem a nos contar sobre essa mulher e qual é sua representação?

Tomamos como referência estudos já realizados sobre Nadejda Krupskaya, no Brasil, a exemplo de Capriles (2007), Saviani (2011), Freitas (2017), Samuel Baitel (2021) e Daniele Baitel (2021), para enfocar, especificamente, a sua representação nos jornais – estes atuando como produtores de discurso sobre essa mulher. Convém esclarecer que, seguindo a perspectiva de Chartier (2002), compreendemos a *representação* a partir da produção de sentido atribuída a uma obra, dependendo da forma como esta é lida, recebida e interpretada. Daí, compreendemos “[...] o superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas” (Perrot, 1988, p. 180), presente na imprensa brasileira da época.

A fonte imprensa torna-se crucial para este estudo, que se centra no campo da História da Educação, pois, por meio de “pistas”, “detalhes” e “vestígios” (Ginzburg, 1990) presentes nos jornais, buscamos acessar discursos, debates, práticas e representações educacionais produzidos e disseminados no espaço público em diferentes contextos históricos. É importante entender que jornais e revistas não apenas informam sobre políticas educacionais, reformas do ensino, funcionamento das escolas, circulação de livros didáticos e atuação de educadores(as), mas também revelam disputas ideológicas, projetos pedagógicos concorrentes e valores morais, cívicos e culturais, atribuídos à educação em determinado período.

No período em que se situa este texto, o Brasil foi marcado pela Revolta Paulista de 1924, considerada um grande levante militar do movimento Tenentista, que se espalhou para além da capital paulista e incluiu levantes em outras partes do país, culminando na Coluna Prestes. Logo a seguir, passou pela Revolução de 1930, que encerrou a Primeira República e deu início à Era Vargas. Ainda tivemos a Revolução Constitucionalista de 1932 e, posteriormente, o Estado Novo de 1937, um período ditatorial de cerceamento de direitos e repressão política. Nessa época, a relação entre o Brasil e a União Soviética foi marcada pela proibição e repressão do comunismo no país, após a Intentona Comunista de 1935, resultando em censura e queima de obras de autores soviéticos.

Neste cenário, havia interesse dos editores de jornais – a exemplo de *A Província* (PE), *Diário de Pernambuco* (PE), *Correio da Manhã* (RJ), *Boletim de Ariel* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ), *O Imparcial* (MA), entre outros – em publicizar a trajetória de Nadejda Krupskaya, apontando uma representação de esposa de Lenin, militante do movimento bolchevique e educadora, fosse para defendê-la, fosse para condená-la, conforme a linha editorial do periódico. Aos editores e redatores, funções compostas, majoritariamente, por homens no universo jornalístico, cabiam a seleção e ordenação dos textos publicados (Sena, 2014), embora, desde meados do século XIX, já existissem jornais dirigidos por mulheres.

A pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional abarcou o recorte de 1924–1940, período correspondente à ascensão do stalinismo na URSS e à consolidação da Era Vargas no Brasil. A busca pelo termo “Krupskaya” resultou em 38 recortes. A primeira menção à

pedagoga data de 26 de março de 1924, no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro –, noticiando a morte de Lenin ao lado da esposa – e a última no ano de 1940, quando seu nome circulou no jornal como um dos perfis internacionais da época.

Para avançar na discussão, este artigo foi estruturado em três partes. A primeira aborda a trajetória da pedagoga russa e suas ideias sobre a educação. A segunda trata do movimento da Revolução Russa e sua repercussão na imprensa brasileira na década de 1930, no contexto da Era Vargas e da perseguição ao comunismo após a Intentona de 1935. Na última, discute-se a representação de Krupskaya na imprensa brasileira.

NADEZHDA KRUPSKAYA E A CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIALISTA

Nadezhda (Nadya) Krupskaya nasceu em 1869, em São Petersburgo, Rússia, em uma família aristocrata arruinada. Seu pai, Konstantín Ignátievich Krupsky, tinha formação militar; sua mãe, Elizaveta Vasilievna Tistrova, iniciou-a nos estudos. Frequentou o Ginásio Feminino de Obolensky, um dos mais progressistas de São Petersburgo e, em 1889, ingressou nos Cursos Bestuzhev, uma das poucas instituições de ensino superior para mulheres na Rússia czarista, para estudar Matemática. Após um ano, abandonou o curso para se dedicar integralmente ao ativismo político e ao estudo das ciências sociais e políticas, entretanto obteve o título oficial de professora particular, o que lhe permitiu lecionar (Baitel, 2021).

Integrou um círculo marxista e dedicou-se ao estudo das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, cuja leitura era clandestina, obtendo acesso à obra *O Capital* na biblioteca particular de uma família à qual prestava serviços docentes. Assim consolidou sua compreensão de que o movimento da classe trabalhadora poderia reverter a miséria do povo russo. Logo tomou conhecimento da I Internacional Comunista e passou a ensinar em escolas de trabalhadores, questionando os métodos de então, centrados em obras literárias, passando a “[...] proporcionar conhecimento de mundo e introduzir na consciência do trabalhador questões de classe”, como postula Daniele Baitel (2021, p. 70).

Entre 1891 e 1896, na prática da alfabetização de operários, em escolas noturnas e dominicais em distritos industriais, Krupskaya desenvolveu sua sensibilidade pedagógica ao perceber que a educação não poderia ser separada da luta de classes, concretizando seu engajamento na luta política a partir da educação. A realidade educacional da população no Império Russo era precária: “Dados do censo de 1897 revelam que apenas 29% da população masculina e meros 13% da feminina eram alfabetizadas” (Capriles, 2007, p. 18, sic). A atuação de educadores que utilizavam a literatura marxiana em escolas para trabalhadores, buscando gestar consciência de classe, teve papel importante no avanço da luta política e esteve na base do Ensaio Geral da Revolução de 1905.

A relação entre Nadezhda Krupskaya e Vladimir Lenin surgiu do fervor revolucionário e da busca por uma orientação ideológica coesa para o movimento marxista de São Petersburgo, onde se conheceram em 1894, em uma reunião de um círculo marxista. O que os uniu inicialmente não foi o romance, mas a política e a afinidade intelectual. Krupskaya impressionou o estadista por seu profundo conhecimento da teoria marxista aplicada à educação. E, apesar das críticas dele aos que preferiam a segurança dos comitês de alfabetização à luta aberta, ela se sentiu atraída por sua clareza e determinação, percebendo que, com ele, a revolução parecia próxima e possível. A atração inicial logo se transformou em colaboração central para a União de Luta pela Emancipação da

Classe Trabalhadora e perdurou até a morte de Lenin, de acordo com Samuel Baitel (2021), atravessando a clandestinidade, o exílio e a construção do Estado Soviético.

Durante o período de clandestinidade, a intensa parceria com Lenin teve impacto decisivo na evolução de sua visão pedagógica e revolucionária, a partir da atenção à vida operária. Lenin a encarregou de ir aos bairros operários para observar e recolher dados sobre a vida familiar e coletiva dos trabalhadores. Essa pesquisa de campo possibilitou a propaganda revolucionária, fundamentando a primeira obra de Krupskaya, *A Mulher Trabalhadora*, escrita em 1899, durante o exílio na Sibéria, publicada pela primeira vez em 1901. Para Daniele Baitel (2021), a influência deste primeiro chefe de governo do primeiro Estado socialista da história consolidou a ideia de que a educação revolucionária devia estar intrinsecamente ligada à investigação prática e à vida real da classe trabalhadora.

Saviani (2011) reivindica, contudo, o protagonismo de Krupskaya na formulação da pedagogia socialista, assinalando que ela não foi uma mera aplicadora das ideias de Lenin, mas uma teórica com formulações próprias e originais, denunciando seu “apagamento” histórico ao ser reduzida tão somente à condição de esposa do líder da Revolução Russa. A autora destaca que Krupskaya detinha uma formação pedagógica sólida anterior ao encontro com Lenin e que ela foi a responsável por dar “corpo” às intuições de Marx e Engels sobre educação.

Em 1898, Nadezhda Krupskaya e Vladimir Lenin foram presos. Mesmo assim, puderam se casar e cumprir pena no mesmo local, na aldeia de Shushenskoye, na Sibéria. De 1900 a 1917, viveram o exílio europeu em Munique, Londres, Paris, Genebra e Zurique, e ela se tornou a secretária indispensável da causa bolchevique, gerenciando a correspondência clandestina com a Rússia, enquanto Lenin escrevia os grandes tratados teóricos. O período que antecedeu a vitória bolchevique e a derrubada da dinastia Romanov em 1917 foi de grande efervescência política, marcado por crescente descontentamento popular com o czarismo, especialmente após a derrota na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e a desastrosa participação russa na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (Krupskaya, 2026).

Nesse período, a pedagoga e ativista Krupskaya se dedicou ao estudo da educação burguesa e da aplicação dos princípios da Escola Nova em países europeus. Somando essas observações ao conhecimento da vida dos trabalhadores e camponeses russos, ela escreveu sua obra principal, *Instrução Pública e Democracia*, concluída em 1915 e publicada em 1917, compartilhando com Lenin a visão de que a educação deveria ser o pilar da futura sociedade socialista. Nessa obra, ela analisa a história da pedagogia (Rousseau, Pestalozzi), sob a ótica do materialismo histórico; fundamenta o conceito de educação politécnica como desenvolvimento omnilateral, articulando trabalho intelectual e manual, com entendimento dos processos científicos e sociais sobre a produção; e idealiza um modelo educacional para a conscientização de classe e libertação da condição servil ao capital (a “condição de rebanho”), para os trabalhadores se tornarem construtores de sua própria história (Krupskaya, 2017).

A Revolução de Fevereiro de 1917 resultou na queda do Czar e na instituição do Governo Provisório liderado por Alexander Kerensky, porém o poder popular consolidou-se com a formação dos Soviotes (conselhos populares) e estabeleceu-se um duplo poder. As reformas moderadas de Kerensky e a continuidade da participação russa na Primeira Guerra Mundial geraram insatisfação e fortalecimento das pautas bolcheviques por “Paz, Pão e Terra”, culminando na Revolução Bolchevique de Outubro do mesmo ano, liderada por Lenin e Trotsky, sob o lema “Todo o Poder aos Soviotes”.

A aliança operário-camponesa substituiu os antigos ministérios por Comissariados do Povo, dentre eles o Comissariado do Povo para a Instrução Pública (Comissariado Nacional de

Educação), criado em 26 de outubro de 1917, presidido por Anatoli Lunatcharski (1917–1929), com a tarefa de reconstruir o sistema educacional e cultural, com base na “Declaração sobre a Escola Única do Trabalho” de 1918. Incorporou educadores influentes: Mikhail Nikoláievitch Pokrovsky, Pavel Petrovich Blonsky, Moisey Mikhaylovich Pistrak e Nadezhda Krupskaya, que presidiu a Seção Científico-Pedagógica do Commissariado, responsável pela elaboração dos programas do ensino primário e secundário de 1923 e 1927 (Freitas, 2009).

Para Krupskaya, o desafio inicial era reestruturar o antigo modelo educacional czarista, ligado à Corte, à ideologia burguesa, ao chauvinismo e a concepções religiosas. Na Rússia Bolchevique, ela defendeu a criação de novos métodos socialistas, baseados nos princípios da coletividade e de uma educação pelo trabalho e para o trabalho – princípio educativo central, integrando um ensino geral com um ensino politécnico, bem como uma escola laica na qual a educação fosse um ato político que favorecesse a gestação da consciência de classe, a apropriação crítica dos conhecimentos e a emancipação dos trabalhadores. Também defendia a mesma educação para ambos os sexos, anunciando que a educação deveria servir à emancipação de meninas e mulheres (Krupskaya, 1889).

Sua formação multifacetada, combinando a base acadêmica em pedagogia à formação política revolucionária, possibilitou que ela criasse tanto o sistema educacional soviético quanto uma rede de bibliotecas estatais, visando democratizar a leitura e os conhecimentos e valores revolucionários em um país continental e camponês. Para isso, liderou a campanha *Likbez* de eliminação do analfabetismo, de 1919 até fins da década de 1930, que estabeleceu mais de 30.000 turmas de alfabetização de adultos, com ênfase na alfabetização funcional, influenciando as futuras campanhas de alfabetização, educação de adultos e educação não formal em países em desenvolvimento, em contextos revolucionários e pós-coloniais². O sucesso da *Likbez* foi comprovado pelo censo de 1939, que indicou que cerca de 89,7% da população soviética já era alfabetizada (comparada a 25% de 1917). A rede de bibliotecas, vistas não mais como repositórios de obras para a elite, mas como centros socialistas de educação de massa, influenciou o desenvolvimento da biblioteconomia, especialmente a visão da biblioteca moderna como serviço público. Enfim, como teórica e gestora de políticas públicas, sua contribuição possibilitou a rápida transformação social, econômica, educacional e científica da União Soviética após a Revolução de Outubro. Ademais, sua contribuição como organizadora e administradora do partido foi extremamente importante.

Após a morte de Lenin em 1924, a trajetória de Nadezhda Krupskaya foi marcada pela dedicação à preservação da memória do político e teórico revolucionário russo e à consolidação da educação pública, sob isolamento político e resistência ética ao stalinismo. Ela morreu em 27 de fevereiro de 1939, um dia após seu 70º aniversário, sob suspeita de envenenamento, após comer um bolo enviado por Stalin, embora se tivesse divulgado peritonite como causa oficial. No seu funeral, Stalin carregou seu caixão. Suas cinzas estão no Kremlin, ao lado de outros heróis da União Soviética.

A URSS NOS JORNAIS BRASILEIROS DA ERA VARGAS

² Em 1969, a UNESCO criou um prêmio, patrocinado pelo governo da União Soviética, em sua homenagem: o Prêmio de Alfabetização Nadezhda K. Krupskaya, concedido de 1970 a 1992 a instituições que se destacaram no combate ao analfabetismo, projetando-a como símbolo internacional da educação de massa.

A circulação de notícias internacionais sobre a União Soviética na imprensa brasileira durante a Era Vargas (1930–1945) reflete a intersecção entre a política externa soviética (marcada pelos expurgos stalinistas) e a intensa polarização ideológica vivida no Brasil, especialmente no prelúdio do Estado Novo (1937). O caso de Nadezhda Krupskaya serve como prisma dessa análise. Nessa perspectiva, questionamos: Qual a importância de Krupskaya no Brasil? Como sua pedagogia socialista impactou a educação brasileira?

As ideias da pedagogia socialista — associadas a autores(as) e experiências da Revolução Russa — circularam no Brasil, sobretudo por meio da imprensa, na forma de traduções esparsas, de redes militantes e de debates educacionais. Essa circulação não resultou em adoção formal da pedagogia socialista, mas inspirou debates sobre a função social da escola, o trabalho como princípio educativo e a educação como prática política. Seus elementos centrais — como a defesa da escola pública, laica e socialmente comprometida — dialogaram com correntes renovadoras do campo educacional brasileiro, especialmente a partir dos anos de 1930. Intelectuais ligados à Escola Nova, como Anísio Teixeira, embora não socialistas, compartilharam a crítica ao elitismo escolar e a defesa da educação como direito social, ainda que em bases liberais-democráticas. Associada ao “perigo vermelho”, a pedagogia socialista tornou-se, contudo, alvo de censura e estigmatização na Era Vargas, sobretudo após a Intentona Comunista de 1935. A imprensa conservadora e setores católicos passaram a retratar a educação soviética como fracassada, autoritária e moralmente perigosa, o que bloqueou qualquer possibilidade de adoção explícita dessas ideias no sistema educacional brasileiro.

Os recortes de jornais de 1937, como o *A Noite*, do dia 30 de janeiro de 1937, por meio da manchete “Cercada pela polícia secreta vermelha a viúva de Lenine” e o *A Cidade*, de 2 junho de 1937, com “Fuzilados os Trotskystas”, revelam o burburinho internacional sobre a alegada prisão de Krupskaya, ligada aos processos contra os trotskistas. A figura da pedagoga e líder histórica estava sob o cerco da Polícia Secreta (GPU)³, conforme a publicação de *A Notícia*, do dia 31 de janeiro de 1937, que ecoava a declaração de Leon Trótski sobre o “perfeito sadista” Iossif (Josef) Stalin e seu “Estado totalitário”.

Figura 1: Manchete do jornal *A Notícia* sobre Leon Trótski e Stalin



Fonte: *A Notícia* (1937, p. 01).

Essa cobertura, frequentemente baseada em despachos de agências europeias, evidencia a natureza da Guerra Fria ideológica que precedeu a militar: uma batalha de narrativas em que a

³GPU (1922-1923): *Gossudártsvenoe Polititscheskoe Upravlénie* (Direção Política Estatal), órgãos de segurança, criados em 6 de Fevereiro de 1922 por proposta de V. I. Lênine, que sucederam à *Tcheka* (Comissão Extraordinária de Toda a Rússia para o Combate à Contra-Revolução e Sabotagem) constituída em Dezembro de 1917. Ao contrário da *Tcheka*, que dependia directamente do governo soviético, a GPU foi criada no âmbito do Ministério dos Assuntos Internos (NKVD) da Rússia, bem como de outras repúblicas. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/o/orgaos_seguranca.htm. Acesso em: 29 jun. 2026.

vulnerabilidade dos símbolos do leninismo perante o stalinismo era exposta. O posterior desmentido oficial de Moscou, reportado por *A Federação* em 4 de fevereiro de 1937, que classificava as notícias como “fantásticas e absurdas”, apenas reforçava a natureza propagandística e contraditória do fluxo de informações.

A relevância dessas notícias no Brasil reside no contexto político interno. A Era Vargas, sobretudo após a Intentona Comunista de 1935, estava imersa em uma crise de legitimidade democrática e em um clima de radicalização entre a direita integralista – representada pela Ação Integralista Brasileira (AIB) – e a esquerda comunista – representada pela Ação Nacional Libertadora (ANL). Como argumenta Tavares de Lima (2000), a Intentona forneceu a Getúlio Vargas o “argumento ideal” para intensificar a repressão e avançar em seu projeto autoritário. A imprensa, em grande parte, atuava como catalisadora do medo.

As manchetes sobre os expurgos e a perseguição à “viúva de Lenine” serviam duplamente aos interesses do regime em gestação: a) primeiro, advogava-se a desmoralização do comunismo: apresentava-se a Rússia Soviética não como paraíso proletário, mas como um regime de terror e violência interna, onde nem mesmo os companheiros históricos do fundador da Revolução estavam seguros. A crueldade de Stalin, divulgada no Brasil, era equiparada à própria essência do comunismo, validando a repressão interna movida pelo governo Vargas; b) segundo, havia o alinhamento ideológico: a ênfase no totalitarismo soviético alinhava-se sutilmente à retórica de neutralização ideológica de Vargas. A criação do “inimigo externo” (o comunismo internacional) era crucial para justificar medidas de exceção. A circulação dessas notícias funcionava como um substrato ideológico que legitimava o crescente aparelhamento repressivo do Estado, culminando na decretação do Estado Novo em novembro de 1937 (Fausto, 2001).

A crítica à educação comunista, veiculada pela revista *A Ordem*, em abril de 1936, na página 39, complementa esse cenário. O artigo descrevia a “fallencia do bolchevismo em materia de ensino” e o posterior abandono do “romantismo revolucionário” em favor de um sistema mais “disciplinador” (*A Ordem*, 1936, p. 39).

Esta investida intelectual fazia parte da Reação Católica organizada no Brasil. *A Ordem*, órgão central do Centro Dom Vital, servia como plataforma para a reafirmação da influência da Igreja Católica na sociedade e, crucialmente, na educação. O objetivo era combater o avanço da secularização, do liberalismo e, sobretudo, das ideologias revolucionárias, como o comunismo. Na Era Vargas, a educação era vista como pilar da moral e da ordem nacional. Ao mostrar o suposto fracasso e a reversão das teses pedagógicas revolucionárias, muitas das quais Nadezhda Krupskaya defendia, a imprensa conservadora brasileira reforçava a necessidade de manter uma educação tradicional, cívica e anticomunista.

Um exemplo prático dessa estratégia de desqualificação pedagógica deu-se na cobertura jornalística sobre a reestalinização do ensino soviético, utilizada como prova cabal do fracasso das escolas experimentais. No tempo em que a imprensa associava as propostas da Escola Nova brasileira — influenciadas por nomes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e, indiretamente, pelo ideal de escola unitária de Krupskaya — a um germe de anarquia, o governo Vargas respondia com a militarização no cotidiano escolar.

Isso se materializou na obrigatoriedade da disciplina Educação Física voltada ao aprimoramento eugênico e na imposição do ensino religioso e moral nas escolas públicas, medidas justificadas como o refluxo necessário para evitar que o Brasil repetisse o caos moral que, segundo os periódicos da época, teria assolado a Rússia antes de seu suposto retorno à tradição. Assim, o fechamento de clubes de leitura e a censura a livros didáticos considerados subversivos eram

divulgados à população não como atos de autoritarismo, mas como medidas de higiene mental e de proteção da identidade nacional contra modelos estrangeiros fracassados.

Esse discurso se adequava ao embate entre Católicos e Progressistas, que polarizou o campo educacional na década de 1930. O grupo católico, utilizando *A Ordem* e a Confederação Católica de Educação, opôs-se veementemente ao movimento da Escola Nova, liderado por intelectuais progressistas que defendiam uma escola pública, laica e gratuita. Os católicos denunciavam esses princípios como passos rumo ao ateísmo e ao comunismo (Schwartzman, 1986). A crítica de *A Ordem* à “fallência do bolchevismo em matéria de ensino” desqualificava o modelo soviético (que havia defendido o ensino laico) e, por extensão, legitimava a defesa de um sistema educacional brasileiro centrado na doutrina cristã como salvação contra o “perigo vermelho”.

Apesar da circulação contraditória de informações (prisão *versus* desmentido), o que importava para a dinâmica política brasileira era o efeito simbólico. Krupskaya, como a viúva de Lenin perseguida por Stalin, representava a personificação da violência inerente ao socialismo, uma mensagem poderosa em um país que, após 1935, se preparava para um golpe de Estado.

Em suma, a cobertura da situação de Nadezhda Krupskaya na imprensa brasileira da Era Vargas foi um elemento-chave na construção do discurso anticomunista que contribuiu para a pavimentação do caminho para a ditadura do Estado Novo. O “perigo vermelho”, alimentado por reportagens sobre a repressão em Moscou, foi instrumentalizado por Vargas para reprimir a oposição, centralizar o poder e implantar uma ordem política autoritária sob o pretexto da defesa da nação.

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE KRUPSKAYA NA IMPRENSA

Nadezhda Krupskaya, como companheira de Lenin, era uma figura de extrema relevância histórica e simbólica na União Soviética. Essa ligação a colocou no centro das atenções internacionais, especialmente durante as purgas e a centralização do poder sob Josef Stalin. Tendo se posicionado ao lado dos trotskistas, sua imagem foi usada tanto em estratégias de defesa quanto de ataque ao regime stalinista. A circulação de notícias a seu respeito nos periódicos brasileiros decorre de sua posição como símbolo de resistência e oposição à repressão stalinista, dado que o auge de publicações ocorre em 1936–1937, período dos chamados Processos de Moscou, quando foi noticiada sua prisão. Observa-se uma disputa de narrativa na imprensa da época, de acordo com o viés editorial. *A Cidade* (1937), de Santa Catarina, e *A Noite* (1937), do Rio de Janeiro, confirmaram a prisão, enquanto *A Federação* (1937), do Rio Grande do Sul, divulgou a nota do departamento de imprensa soviético desmentindo-a.

Essas diferentes abordagens e enfoques nos periódicos brasileiros evidenciam que o destino de Krupskaya era um fator secundário à utilidade política da notícia. Jornais como *A Noite* (1937) e *A Cidade* (1937), ao noticiarem a sua prisão, operavam na lógica da sensacionalização do terror bolchevique, oferecendo ao(à) leitor(a) uma prova da autodestruição da revolução: se nem o maior símbolo afetivo e histórico do leninismo estava a salvo, o comunismo confirmava-se como um perigo a ser enfrentado.

Por outro lado, a divulgação da refutação oficial por *A Federação* (1937), órgão que historicamente flutuou entre o apoio ao governo e o pragmatismo diplomático (Motta, 2020), sugere tanto o peso das agências oficiais de notícias na mediação da realidade quanto a tentativa de alguns setores de evitar a histeria completa, mantendo um canal de verossimilhança institucional.

A batalha de manchetes jornalísticas funcionava como um mecanismo da propaganda política da Era Vargas: ao mesmo tempo que se preparava o terreno psicológico para o Estado Novo por meio do medo, utilizava-se a figura de Krupskaya para se sedimentar a ideia de que o Brasil precisava de um guia forte, no caso, Getúlio Vargas, para salvaguardar a ordem nacional contra o caos e a traição que, segundo as notícias, reinavam soberanos no solo soviético.

A morte de Nadezhda Krupskaya, em 1939, também gerou controvérsia. O periódico *A Notícia* do dia 3 de março de 1939 relatou que a GPU vasculhou sua casa no dia do falecimento e que foram efetuadas “medidas especiais” durante os funerais, sugerindo que as autoridades mantinham “suspeitas mesmo contra os mortos” (*A Notícia*, 1939, p. 4). Isso indica que, mesmo após a morte, ela era vista como figura com potencial para guardar segredos ou documentos comprometedores do regime.

A partir disso, Krupskaya tornou-se uma figura simbólica, pois a maioria dos recortes dos jornais a ela se refere como “a viúva de Lenin”, o que revela implicações políticas importantes no período. Esse título foi instrumentalizado pela imprensa para discutir a atuação stalinista e o embate ideológico em curso, a partir da ótica do contexto político brasileiro. Em alguns periódicos, ela é representada como uma “Relíquia Decorativa” (apagando sua contribuição histórica) dentro do discurso nacionalista produzido no stalinismo. Os recortes publicados após sua morte, em 1939, sugerem que, depois que Stalin assumiu o Kremlin, Krupskaya foi mantida para sustentar a ilusão de que este último era discípulo e continuador de Lenin.

Ao classificar Krupskaya ora como uma “relíquia decorativa”, ora como uma opositora sob vigilância, os periódicos não apenas reportam fatos, mas operam uma disputa pelo sentido do real. Essa ambivalência narrativa na imprensa brasileira evidencia o que Chartier (2002) define como a natureza política da construção de imagens sociais:

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Por isso, para cada grupo, a coerência do mundo, a sua inteligibilidade, a sua identidade, dependem da capacidade de impor a sua própria representação como a única legítima (Chartier, 2002, p. 17).

Dessa forma, a figura da “viúva de Lenin” deixa de ser apenas a representação de um sujeito histórico para tornar-se um objeto de disputa simbólica nos jornais brasileiros. Controlar a representação de Krupskaya, seja como vítima do “sadismo” stalinista ou como guardião de segredos perigosos, significava, em última análise, validar ou deslegitimar a própria herança da Revolução Russa perante os(as) leitores(as), utilizando-se a autoridade da memória de Lenin como arma política, como se observa no texto da figura 2.

Figura 2: Notícia sobre Krupskaya no *Diário da Manhã*



Fonte: *Diário da Manhã* (1939, p. 10).

Como forma de atacar o regime stalinista, o periódico aponta que Nadezhda Krupskaya foi uma das personalidades originárias do bolchevismo perseguidas por Stalin e que teve sua imagem instrumentalizada para retratar o ditador como continuador do legado de Lenin. Isso repercutiu na imprensa como um ataque ao discurso comunista no contexto político do Brasil na época, mostrando que uma das principais lideranças da Revolução de 1917 foi subjugada por Stalin.

Outro aspecto saliente na circulação dessas representações sobre Krupskaya refere-se às suas contribuições para a educação. A maioria dos artigos foca na ligação da pedagoga com Lenin e no conflito entre trotskistas e stalinistas, com poucas referências ao seu pensamento educacional e contribuição à pedagogia socialista, ignorando a sua importância como pedagoga e intelectual com luz própria. Do total de recortes catalogados, apenas 10 fazem referência a sua relação com a educação.

A análise da imprensa brasileira nos anos de 1934 a 1936 sobre Nadezhda Krupskaya revela, portanto, uma dinâmica de aparelhamento e disputas ideológicas durante a Era Vargas. Dois recortes se referem à publicação do livro *Recordações de Lenin*, com memórias da pensadora, noticiada em *A Manhã*, edição do dia 3 junho de 1936, e na revista *Fon Fon*, publicada em 1 de junho de 1934. Tais notas ressaltam o êxito da Selma Editora nas vendas, indicando que o interesse no Brasil era notavelmente atraído pela figura de Lenin e pela história da Revolução Soviética, apresentando Krupskaya como a guardiã da memória oficial do fundador da URSS, para garantir retorno financeiro em um período de intensa polarização política.

Um terceiro recorte, veiculado no *Correio da Manhã*, em 2 de setembro de 1936, é particularmente revelador das tensões políticas. A nota trata de condolências ao então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, noticiando a prisão de Krupskaya e sugerindo que

ele estaria triste com a notícia, com base no fato de o Ministro ter citado as contribuições da pedagoga russa para a educação em um de seus discursos sobre a reestruturação que estaria realizando no Ministério. Essa menção é significativa, pois Capanema era o principal articulador de uma política educacional conservadora e nacionalista. É plausível que o Ministro tenha feito uma citação à pedagoga russa, acerca de aspectos técnicos ou da ênfase no trabalho (característica da Escola Única do Trabalho, tese central do seu pensamento) para legitimar reformas pontuais. Dessa forma, a figura de Krupskaya era seletivamente reconhecida por sua relevância técnica, enquanto se utilizava a notícia de sua prisão para reforçar a ideologia anticomunista e justificar o aparato repressivo do Estado Novo, no auge da repressão pós-Intentona Comunista de 1935.

A imprensa da época buscava destacar controvérsias sobre o legado educacional de Krupskaya, principalmente relacionadas a medidas tomadas por ela à frente do setor de bibliotecas escolares na Rússia e a declarações sobre a postura dos professores no estado socialista. Aproveitava-se a figura da pedagoga russa, não como fonte, mas como alvo de crítica e testemunho involuntário do colapso do projeto soviético original.

Como símbolo de resistência, é preciso calar esse tipo de mulher, censurar suas ações. Por isso, os jornais publicavam notícias contraditórias. *O Imparcial* do dia 17 de março de 1930, na primeira página, destacou a notícia alarmista intitulada “A nova inquisição”, a qual relatava que Krupskaya teria determinado a destruição de obras filosóficas e religiosas nas bibliotecas soviéticas, incluindo a Bíblia. Essa narrativa cumpria um papel estratégico: associando o comunismo à destruição da cultura e da religião ocidentais, reforçava a defesa da tradição e do ensino religioso no Brasil. No mesmo sentido, *O Jornal*, na edição de 27 de março de 1931, na página 3, explorava uma citação de Krupskaya no XIII Congresso do Partido Comunista, onde ela teria afirmado que “Uma boa escola na Rússia é hoje um caso excepcional”, para ilustrar a “miséria apavorante” e o colapso do sistema bolchevique, que teria abandonado a maior parte da população infantil.

Em outra notícia publicada em *O Estado*, de Santa Catarina, no dia 7 de fevereiro de 1930, foi repercutido, sob a manchete “A educação das crianças na Rússia”, o embate entre Krupskaya e o publicista soviético Sapsowitch, que defendia a “nacionalização das crianças”, propondo que elas passassem da propriedade dos pais para a do Estado e fossem educadas em comunidades de educadores desde o nascimento. A pedagoga publicou um artigo na revista *Izvestia*, em 1929, intitulado “A cidade do futuro e a organização da vida socialista”, tecendo duras críticas a esse posicionamento. Segundo ela, “as crianças não poderão ser jamais propriedade de ninguém e muito menos do Estado” (Krupskaya, 2017, p. 312), considerando desprovida de senso qualquer tentativa de “apagar o amor filial”, e acrescentando que, em uma sociedade verdadeiramente socialista, o próprio Estado deixaria de existir.

Apesar da postura de Krupskaya, a notícia foi apropriada pela imprensa nacional para construir uma narrativa de colapso ideológico. O artigo destacava a suposta “divergência” para ilustrar o fracasso do sistema. Dessa forma, a crítica à educação na Rússia, centrada no insucesso em lidar com a população infantil, funcionava como poderosa justificativa moral para o aparato repressivo do Estado Novo no Brasil.

Observa-se, de modo geral, que a imprensa buscou legitimar a vigilância ideológica e as demissões sumárias de “professores vermelhos” na política varguista, sob o pretexto de proteger a ordem e a moralidade nacional contra a “ameaça vermelha”. A figura de Krupskaya era publicamente utilizada como símbolo de um projeto que, segundo o *establishment* brasileiro, havia fracassado calamitosamente, servindo para encerrar a discussão sobre alternativas pedagógicas e impostos pelas narrativas hegemônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da presença de Nadezhda Konstantinovna Krupskaya na imprensa brasileira, entre 1924 e 1940, permite compreender como sua figura foi objeto de apropriação, ressignificação e instrumentalização pela mídia da época, em um contexto marcado por intensas disputas políticas e ideológicas. Longe de uma representação homogênea, os jornais brasileiros construíram imagens múltiplas e, muitas vezes, contraditórias da pedagoga russa, oscilando entre a exaltação de sua trajetória como companheira de Lenin, a demonização associada ao “perigo vermelho” e a utilização simbólica de sua perseguição pelo stalinismo como prova do suposto fracasso do projeto socialista. Essas representações revelam menos sobre Krupskaya em si e mais sobre as tensões do campo político brasileiro na Era Vargas, especialmente no processo de consolidação do discurso anticomunista que precedeu o Estado Novo.

No campo da História da Educação, a pesquisa evidencia que as contribuições pedagógicas de Krupskaya foram amplamente silenciadas ou tratadas de forma secundária pela imprensa, que privilegiou aspectos políticos sensacionalistas de sua trajetória. Quando suas ideias educacionais aparecem, elas são frequentemente descontextualizadas ou utilizadas como recurso retórico para reforçar críticas à educação socialista e legitimar a defesa de um modelo educacional tradicional, moralizante e anticomunista no Brasil. Assim, a imprensa atuou como produtora de discursos que não apenas informavam, mas também regulavam o debate educacional, contribuindo para a desqualificação de propostas pedagógicas laicas, críticas e socialmente comprometidas, associadas, ainda que indiretamente, ao pensamento socialista.

Por fim, ao restituir a trajetória e as representações de Krupskaya nos jornais brasileiros, este estudo contribui para o enfrentamento da invisibilidade histórica das mulheres intelectuais e militantes e reafirma a importância da imprensa como fonte para a compreensão das disputas simbólicas em torno da educação. A figura da “viúva de Lenin” emerge, assim, como um objeto de disputa de sentidos, no qual gênero, política e educação se entrecruzam. Ao evidenciar essas construções discursivas, este texto amplia a compreensão sobre os usos políticos da educação e da memória no Brasil do século XX, ao mesmo tempo que reafirma a relevância de Nadezhda Krupskaya como educadora e intelectual, cuja atuação ultrapassa as fronteiras nacionais e os limites impostos pelas narrativas hegemônicas.

REFERÊNCIAS

- A FEDERAÇÃO. *Desmentida oficialmente a prisão da viúva de Lenine*. Porto Alegre, RS, 4 fev. 1937.
- A NOTÍCIA. *Stalin é um perfeito sadista: Krupskaya está rodeada por um cordão impenetrável da polícia secreta*. Joinville, SC, 31 jan. 1937.
- A NOTÍCIA. *Até os mortos são suspeitos*. Joinville, SC, 14 mar. 1939.
- A ORDEM. *A prática da pedagogia comunista na Rússia*. abril. 1936.
- BAITEL, Samuel. *Nadezhda Krupskaya: a pedagoga da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- BAITEL, Daniele Terezinha de Lima. *A pedagogia revolucionária de Nadezhda Konstantinovna Krupskaya: contribuições da categoria coletividade para a educação*. 2021. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2021.

- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002. p.17.
- CAPRILES, Rene. *Nadezhda Krupskaya: vida e obra*. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A luta por uma pedagogia do meio. In: PISTRAK, Moisey Mikhailovich. *A Escola Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 7-108.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-180.
- KRUPSKAYA, Nadezhda Konstantinovna. A cidade do futuro e a organização da vida socialista. In: KRUPSKAYA, Nadezhda Konstantinovna. *A construção da pedagogia socialista: escritos selecionados*. Organização de Luiz Carlos de Freitas e Roseli Caldart. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 301-315. Escrito originalmente em 1930.
- KRUPSKAYA, Nadejda Konstantinovna. *A mulher trabalhadora*. Tradução de Maria Fernanda Alves Garcia Montero (Marcha Mundial das Mulheres), Nathalia Parra e Joice Oliveira. [S. l]: marxists.org, 1889. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/krupskaya/1899/mes/amulhertrabalhadora.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2026.
- KRUPSKAYA, Nadezhda. In: Encyclopedia.com. *Krupskaya, Nadezhda (1869–1939)*. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/women/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/krupskaya-nadezhda-1869-1939>. Acesso em: 3 abr. 2026.
- MILTON, John. *O Clube do Livro e a tradução no Brasil: 1943-1970*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 3. ed. Niterói: EdUFF, 2020.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAVIANI, Nereide. Concepção socialista de educação: a contribuição de Nadejda Krupskaya. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. esp., p. 28-37, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639893/7456>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- SCHWARTZMAN, Simon. A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 108–127, mar. 1986. Disponível em: <https://religioesociedade.org.br/revistas/v-13-no-01>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- SENA, Fabiana. Imprensa e instrução pública no império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, Campinas, v. 14, n. 01, p. 73-97, mar. 2014. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942014000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2026.
- TAVARES DE LIMA, Luís. *A Ditadura: O Regime de 1937*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

*Submetido em maio de 2026
Aprovado em junho de 2026*

Informações das autoras

Arthur Rodrigues de Lima
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: limarthur5@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1513-3418>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6606398202460792>

Fabiana Sena da Silva
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: fabianasena@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3340-7769>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2144689228615196>

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: maria.eulina@academico.ufpb.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5814>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4066341343633963>